



REQUERIMENTO N.º , DE 2018.
(Da Sra Maria do Rosário e outros)

Requer a realização de Sessão Solene do Congresso Nacional em homenagem aos 10 anos de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, nos termos dos termos do Art. 68 Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Senhor Presidente:

Requeremos realização de Sessão Solene em homenagem aos dez anos de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, nos termos do Art. 68 Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

JUSTIFICAÇÃO

“Educação nunca foi despesa. Sempre foi investimento com retorno garantido.”

Sir Arthur Lewis

A presente sessão solene pretende realizar uma justa homenagem aos Institutos Federais, instituições federais de ensino técnico e tecnológico presentes em todas as unidades da federação, que vêm contribuindo de maneira muito profícua para a educação dos jovens e para o desenvolvimento regional.

De acordo com Portal do Ministério da Educação¹, em 29 de dezembro de 2008 , 31 centros federais de educação tecnológica (Cefets), 75 unidades descentralizadas de

¹ Fonte < <http://redefederal.mec.gov.br/historico> > ;



ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Essa transformação das instituições até então existentes em Institutos Federais foi introduzida como uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, durante a gestão do então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Entre as principais ações do PDE constava o ensino profissionalizante com a pretensão de criar, em três anos, mais 150 escolas técnicas federais em cidades polo, definidas de acordo com o potencial de desenvolvimento da região (De Angelis, 2015).

A ideia era priorizar municípios localizados no interior dos Estados e na periferia de grandes centros urbanos, de modo a reduzir a migração dos alunos de suas cidades no interior para as metrópoles, e, além disso, aproveitar as parcerias e a infraestrutura existentes nos pequenos municípios. No estabelecimento do modelo com as normas para a transformação, constava a possibilidade da “agregação voluntária” das instituições já existentes à nova instituição (Otranto Apud De Angelis, 2015). Era o início de um projeto educacional que tem revolucionado a educação profissional pública brasileira, com resultados de excelência na formação de cidadãos, conforme demonstram o PISA e o ENEM.

A implantação dos Institutos Federais, desde os primeiros registros e debates, por consequência, sempre esteve relacionada ao conjunto de políticas para a educação profissional e tecnológica. Isso significa que, para trilhar o caminho que leva a essas instituições, passou-se necessariamente pela expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica; pelas medidas que, em cooperação com estados e municípios, visam à ampliação da oferta de cursos técnicos, sobretudo na forma de ensino médio integrado, inclusive utilizando a forma de educação à distância (EAD); pela política de apoio à elevação da titulação dos profissionais das instituições da rede federal com a formação de mais mestres e doutores; e pela defesa de que os processos de formação para o trabalho estejam visceralmente ligados à elevação de escolaridade, item em que se inclui o Programa da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

O que está em curso por meio dos Institutos Federais, portanto, reafirma que a formação humana e cidadã precede a qualificação para o exercício da laboralidade e



pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento. Nesse sentido, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício do trabalho, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

À luz dos elementos conceituais que subsidiaram a criação dos Institutos Federais, afirma-se a educação profissional e tecnológica como uma política pública. Em política pública repousa um importante item da constituição da identidade institucional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo em vista que, aos olhos de muitos, pode parecer não existir nenhum movimento novo em relação a esse aspecto, afinal, desde que se estabeleceram como Escolas de Aprendizes Artífices – sobrepostos os anúncios de, em diferentes momentos históricos, ser alterado o vínculo das instituições, transferindo-as para a esfera dos governos estaduais, ou mesmo para o setor privado –, essas instituições são federais, não apenas como expressão da presença em todo o território nacional, mas, acima de tudo, como entes mantidos pelo orçamento público central.

Ainda que o financiamento da manutenção, a partir de fonte orçamentária pública, represente condição indispensável para tal, a política pública assenta-se em outros itens também obrigatórios, como estar comprometida com o todo social, como algo que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica, cultural, etc.); e ainda estar articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional) de modo a provocar impactos nesse universo.

Nesse diapasão, portanto, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram instituídos para oferecer “educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional” (MEC, 2015), atuando em cursos técnicos concomitantes, subsequentes ou integrados com o ensino médio, licenciaturas e



graduações tecnológicas. Oferecem ainda especializações, mestrados profissionais e doutorados voltados principalmente para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica. A organização pedagógica verticalizada, da educação básica à educação superior, é um dos fundamentos dos Institutos Federais.

Outrossim, os Institutos Federais representam um modelo institucional absolutamente inovador em termos de proposta político-pedagógica, com uma estrutura multicampi e territorializada, além do “[...] compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social” (Pacheco Apud De Angelis, 2015)

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal. São caracterizados pela ousadia e inovação necessárias a uma política e a um conceito que pretendem antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa (De Angelis, 2015).

A homenagem, portanto, é de alta relevância, não apenas para reconhecer a importância dos Institutos Federais, mas especialmente para que possamos continuar acreditando na educação como política pública fundamental para a construção de uma Nação mais justa, inclusiva, solidária e desenvolvida.

Dessa maneira, acredita-se que o Parlamento Brasileiro deva prestar a devida homenagem aos dez anos de criação dos Institutos Federais.

Plenário, em de fevereiro de 2018.

Maria do Rosário
Deputada Federal (PT/RS)

